

Wagner tentará repetir feito de apenas dois governadores em 2022

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Com a missão de manter o grupo político unido e no poder, o senador Jaques Wagner (PT) tentará repetir em 2022 um feito conquistado por apenas dois governadores na história da política baiana – retornar ao poder pelo voto popular. Em quase um século e meio de República, somente J.J. Seabra e Paulo Souto foram eleitos diretamente, e conseguiram voltar ao comando da Bahia também com apoio do povo.

Eleito pela primeira vez para governador em 1912, J.J. Seabra, ao encerrar o mandato, quatro anos depois, elegeu o sucessor Antônio Moniz. Contam as historiadoras

Lilia Schwarcz e Heloisa Starling que a “única função” de Antônio Moniz “diziam à boca pequena, em Salvador, era guardar o lugar para (Seabra) voltar, na eleição seguinte, ao Palacete das Mercês”. “E foi exatamente o que aconteceu, em 1919. Seabra se lançou candidato ao governo estadual e derrotou, na disputa, o juiz Paulo Fontes, apoiado por Rui Barbosa”, escreveram elas.

Seabra retornaria ao poder, em um ambiente político conturbado, e sua vitória foi contestada por jornais e opositores na época. Oitenta anos depois, Paulo Souto repetiria o feito de Seabra. Eleito governador pela primeira vez em 1994, com apoio de ACM, Souto voltou ao Palácio de Ondina em 2002 – a nova moradora dos chefes baianos. Ele venceria o petista

Jaques Wagner. Souto quis ainda ser administrador estadual em 2006, 2010 e 2014, mas fracassou nos pleitos. “Os governadores tentam voltar porque ambiciona o poder, o controle do Estado e o legado histórico que vão deixar”, explica à Tribuna o professor de História, Vinicius Jacob.

Outros políticos baianos também conseguiram chefiar a Bahia por mais de uma ocasião, mas nem sempre com apoio popular. É o caso de Antonio Carlos Magalhães. ACM chegou ao Executivo estadual na década de 1970, durante a ditadura militar. Teve dois mandatos no regime militar, e conquistou mais um nos anos de 1990. Desta vez, pelo voto direto. Antes dele, o tenente Juraci Magalhães foi nomeado interventor federal pelo presidente Getúlio Vargas. Depois de



JAQUES WAGNER tentará repetir em 2022 um feito conquistado por apenas dois governadores na história da política baiana – retornar ao poder pelo voto popular

governar indiretamente o estado, Juraci tentou ser eleito pelo voto popular em 1950, mas perdeu para Régis Pacheco. Oito anos depois, o militar foi candidato novamente, e venceu a disputa contra o engenheiro José Pedreira de Freitas.

No próximo ano, Wagner

tentará pela quarta vez o governo baiano. Depois de ser derrotado em 2002, venceu em 2006 e 2010. Em 2014, o hoje senador elegeu o sucessor Rui Costa (PT), que foi reeleito. A candidatura do petista não é uma unanimidade no grupo político. É contestada, sobretudo, por lideranças

do PSD, que desejam lançar o senador Otto Alencar para o Palácio de Ondina. A família de Wagner também resiste à tentativa do senador de obter mais um mandato. O petista tem dito, no entanto, que sua postulação se faz necessária para manter a base política unida e no poder.

PRÉ-CAMPANHA

Neto quer evitar discussão política e pretende focar no estado



RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Embora não tenha assumido publicamente a sua candidatura ao governo da Bahia, o ex-prefeito soteropolitano ACM Neto (DEM) tem se articulado nos bastidores e, segundo os aliados, desenhado a estratégia que pretende adotar na pré-campanha. Em conversas reservadas, os correligionários disseram que Neto quer evitar entrar em discussões políticas, e

ACM NETO tem se articulado nos bastidores e, segundo os aliados, desenhado a estratégia que pretende adotar na pré-campanha

o objetivo será focar nos problemas do estado.

Um interlocutor do ex-prefeito disse à Tribuna que, “enquanto o PT vai focar na política”, Neto “vai focar em discutir o estado”. Até o momento, a principal estratégia do partido do senador Jaques Wagner, que deve ser o adversário de ACM Neto, tem sido atrelar o democrata ao governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que enfrenta uma alta impopularidade.

Neste mês, já foram, pelo menos, sete publicações no Instagram da legenda em que adota esta tática. “Há dois grupos políticos distintos no estado. Um que é esse nosso, do PT, que é inspirado no Lula, na

defesa da democracia, na defesa do legado de Wagner e de Rui. E há outro campo político, que hoje dá sustentação ao presidente Bolsonaro. O ex-prefeito pode tentar posar independente, distante. Mas, na prática, o partido dele tem dois ministros do Estado, tem várias indicações do DEM da Bahia, Funasa, Dnocs, Codevasf. São aparelhos dos Estado indicados pelo Bahia. Na prática, ele dá sustentação ao governo Bolsonaro”, afirmou recentemente o presidente do PT da Bahia, Éden Valadares.

Como parte da estratégia, ACM Neto reuniu, na semana passada, aliados e deu início à elaboração do programa de governo. O

democrata debateu propostas para a área de Educação e Cultura, com o presidente do Esporte Clube Bahia, Guilherme Bellintani, o ex-ministro da Educação, Mendonça Filho, o ex-governador baiano Paulo Souto, o ex-ministro e ex-deputado Waldeck Ornelas e o ex-secretário de Educação de Salvador, Bruno Barral. Segundo interlocutores do ex-prefeito, Mendonça Filho tem ajudado a montar um grupo de especialistas em Educação de fora da Bahia para pensar em projetos para o estado baiano. Quando tratar de propostas para a Saúde, ACM Neto tem dito que pretende convidar o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Oposição baiana repercute saída de Salles do Meio Ambiente

Pedido de demissão do ministro causou rebuliço nos bastidores políticos ontem

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Deputados baianos integrantes da bancada de oposição celebraram a demissão do agora ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A exoneração do gestor “a pedido” foi publicada no Diário Oficial da União. O atual Secretário de Amazônia e Serviços Ambientais da pasta, Joaquim Álvaro Pereira Leite, foi nomeado para o ministério.

O senador Jaques Wagner (PT) comentou que a saída “é só um passo”. “O importante é saber se será

uma mudança somente de nome ou de postura do governo federal diante do #MeioAmbiente. O que realmente precisa mudar é a orientação do presidente. Sobre o ex-ministro, já não era sem tempo, por todos os males ao Brasil que ele conduziu”, escreveu, no Twitter.

O deputado federal e militante do MST, Valmir Assunção (PT), celebrou a notícia. “Salles, o investigado por contrabando de madeira, caiu! Hoje mesmo falei sobre isso na Câmara dos Deputados! Vai tarde! Muito tarde! E a Justiça cuide para que ele não fuja, a exemplo do Weintraub!”,

postou na rede social.

O também deputado Daniel Almeida (PCdoB) ressaltou que “Salles pediu pra sair”. “O meio ambiente, as florestas, os indígenas, a vida e o povo brasileiro agradecem. Entretanto, precisamos que os crimes cometidos à frente do Ministério do Meio Ambiente sejam devidamente apurados”, comentou.

Joseildo Ramos (PT) também pediu que Salles seja investigado. “Salles caiu. Que seja investigado e que a Câmara dos Deputados instale a CPI do Meio Ambiente. Caiu mais um. Agora só falta o chefe”, sugeriu, postando a

hashtag “#ForaBolsonaro”.

O ex-colaborador do presidente Jair Bolsonaro alegou que saiu por motivos familiares. Em maio, ele foi alvo de operação de busca e apreensão da Polícia Federal para apurar crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando que teriam sido praticados por agentes públicos e empresários do ramo madeireiro.

O DEPUTADO Daniel Almeida (PCdoB) ressaltou o fato de que Salles pediu demissão do ministério



Câmara de Salvador começa a discutir Plano Municipal de Cultura



A CÂMARA vai começar a discutir o Projeto de Lei do Executivo nº 208/2021, que institui o PMC

HENRIQUE BRINCO / REPÓRTER

A Câmara de Salvador vai começar a discutir o Projeto de Lei do Executivo nº 208/2021, que institui o Plano Municipal de Cultura (PMC). Trata-se de um instrumento de planejamento e execução de políticas públicas de cultura por um período de dez anos e que traz diretrizes, objetivos, metas, ações, prazos de execução e indicadores de resultados para acompanhamento. A matéria busca consolidar um pacto político no campo cultural, possibilitando a continuidade das políticas públicas de cultura que vêm sendo implementadas nos últimos anos.

Entre as dez diretrizes, estão: “fortalecer e regula-

mentar a institucionalidade da gestão pública da cultura na perspectiva da transversalidade e da intersetorialidade”, “promover a diversidade cultural em todos os territórios, com reconhecimento e valorização das diferentes expressões, identidades, saberes e modos de vida” e “descentralizar territorialmente a gestão e as ações públicas de cultura com fortalecimento dos espaços e instituições culturais, estimulando a articulação em rede”.

Com relação aos 13 objetivos, destacam-se: “fortalecer o órgão municipal de cultura e a institucionalidade das políticas culturais”, “ampliar os mecanismos de participação, acesso e comunicação para a cultura; fortalecer a interse-

torialidade, a transversalidade e desconcentração das ações públicas de cultura”, “promover a ampliação, modernização, dinamização e acessibilidade dos espaços e equipamentos culturais” e “mapear, reconhecer e promover a diversidade cultural, nas dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura”.

São estratégias: “realizar as ações em consonância com outros planos e planejamentos já existentes na Prefeitura, considerando a transversalidade da cultura, visando a utilização eficiente dos recursos municipais”, “realizar ações articuladas de modo transversal e intersetorial com outras áreas da administração pública, para promover o desenvolvimento das cadeias

produtivas da cultura” e “utilizar as unidades regionais representativas da Prefeitura como espaços de articulação para implementação de ações do Plano, tendo o CMPC como principal interlocutor dessa articulação e os agentes das prefeituras como multiplicadores de informações culturais que permitam à sociedade civil acessar a política pública de cultura a partir dos seus territórios”.

Segundo a Mensagem do Executivo, o PMC foi construído democraticamente pelo Poder Público e pela Sociedade Civil, através do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e da Comissão de Articulação para Elaboração do Plano Municipal de Cultura.